

ENEM 2017: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE LÍNGUAS

Caroline Dambrozio Guerra^a

Larissa Montagner Cervo^b

Romário Volk^c

RESUMO

Neste artigo, desenvolvido sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, trabalhamos com os textos de base de três questões selecionadas da prova do Enem 2017, com vistas à compreensão da política de língua em funcionamento na prova e do(s) imaginário(s) de língua mobilizado(s).

PALAVRAS-CHAVE: Enem; imaginário de língua; análise de discurso; política(s) de línguas.

Recebido em: 11/06/18

Aprovado em: 13/09/18

Considerações iniciais

Quando pensamos em línguas, é impossível as pensarmos de forma isolada: se nos propomos olhar, por exemplo, para a língua portuguesa no Brasil, não podemos deixar de levar em consideração todo

^a Graduanda do Curso de Letras - Licenciatura - Português e Literaturas da Língua Portuguesa na Universidade Federal de Santa Maria e integrante do projeto “Política(s) de Língua entre a História e a Memória”, desenvolvido sob a orientação da Profa. Larissa Montagner Cervo.

^b Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Pesquisadora do Laboratório Corpus (PPGL/UFSM). Coordenadora do projeto “Política(s) de Língua entre a História e a Memória”.

^c Graduando do Curso de Letras - Licenciatura - Português e Literaturas da Língua Portuguesa na Universidade Federal de Santa Maria e integrante do projeto “Política(s) de Língua entre a História e a Memória”, desenvolvido sob a orientação da Profa. Larissa Montagner Cervo.

o processo de constituição dessa língua, assim como as relações que se foram estabelecendo nesse espaço específico de enunciação¹ com outras línguas, outros povos, outros sujeitos, outros falares. Nesse sentido, considerando as relações entre línguas em um mesmo espaço, é inegável que a coexistência entre elas atesta a presença do político,² tanto em relação ao modo como elas são praticadas pelo falante, quanto em relação ao modo como são geridas pelo Estado e suas instituições sociais, sendo valoradas por meio do ensino, das formas de acesso, das políticas de preservação e/ou de difusão, entre outros.

Neste trabalho, cujo objetivo geral é analisar os textos de base de três questões selecionadas da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2017, sob uma perspectiva de políticas de línguas, procuramos levantar algumas reflexões acerca de relações entre as línguas, focando-nos no papel do Estado enquanto um agente de promoção de determinada(s) língua(s) em detrimento de outra(s). Para tal, observaremos o(s) imaginário(s)³ de língua mobilizado(s) em cada texto, observando como ele(s) significa(m) e funciona(m) enquanto política(s) de língua. Para tanto, faremos dois movimentos distintos: 1) exploração do(s) imaginário(s) mobilizado(s) em cada questão específica; 2) compreensão, em âmbito mais amplo, do funcionamento da política de línguas relacionada com o Enem 2017.

Nosso olhar diante dessas materialidades centra-se em uma abordagem da Análise de Discurso (AD), postulada, na França, por Michel Pêcheux, e desenvolvida, no Brasil, por Eni Orlandi e demais pesquisadores. Tendo em vista essa perspectiva teórico-metodológica, faremos um trabalho de interpretação (OR-

¹ Segundo Guimarães (2002, p. 18), “os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.”

² Por político entendemos o espaço da divisão e da contradição, das formas da diferença (ORLANDI, 1998).

³ De acordo com Petri, quando se utiliza, em AD, a noção de imaginário, faz-se necessário considerar a premissa de que “não há relação direta entre mundo e linguagem, entre a palavra e a coisa” (PETRI, 2004, p. 120 apud ORLANDI, 1996, p. 32). O que existe, porém, é a ilusão de que essa relação se constitui de forma direta, “porque o imaginário produz esse efeito de sentido” (PETRI, 2004, p. 120). Sendo assim, há, segundo o termo da autora, um “efeito de evidência” (p. 121), produzido no momento em que se acredita que a palavra (o discurso) remete, de forma direta, a uma coisa (realidade empírica).

LANDI, 2013), buscando uma leitura não somente do que foi dito, mas do não dito implicado e da forma como esses dizeres são mobilizados. Assim, buscaremos compreender, no corpus em análise, “aquilo que [...] não [se] diz mas que constitui igualmente os sentidos [...] [das] palavras” (ORLANDI, 2013, p. 59).

Um rápido olhar sobre a teoria

Como já explicitamos, nossa perspectiva teórico-metodológica é a AD, e os principais conceitos mobilizados por nossa análise serão política de línguas e língua, aqui entendida nos termos do que Orlandi (2009) formula como língua imaginária e língua fluida. Partindo da ideia de que a materialidade específica do discurso é a língua e de que não há discurso sem sujeito, é impossível não pensarmos em língua, sujeito e discurso de maneira correlacionada. Como bem pontua Orlandi (2013, p. 17), “essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, o que põe em jogo a interpelação do sujeito pela ideologia e, consequentemente, a produção dos efeitos de sentido da/pela língua em funcionamento.

Em relação à política de línguas, Orlandi (1998) propõe o conceito com base na seguinte observação: de um lado, o ato de falar é sempre político, já que as relações de poder intrínsecas à língua estão sempre em funcionamento no discurso; e, de outro, esse ato se materializa em uma prática mais técnica desse político, o que leva a uma política de línguas. Nesse sentido, as políticas de línguas atestam a presença do político no cerne da relação entre unidade e diversidade e podem ser observadas tanto de maneira mais ou menos implícita, vinculadas a usos diferenciados das línguas, quanto de maneira explícita, nos casos em que as políticas fazem parte de processos de gestão sobre as línguas.

Orlandi (1998), para dar conta dessas possibilidades em relação ao tema, apresenta três princípios éticos que movimentam as políticas de línguas: a unidade, a dominação e a diversidade. O primeiro princípio, o que valoriza a unidade, é o de política de línguas como razão do Estado, das Instituições, em que o próprio Estado define aquela(s) que será(ão) sua(s) língua(s) e “[...] que ele regula em sua unidade” (ORLANDI, 1998, p. 11). O segundo, que tem como princípio ético a dominação, refere-se às políticas de línguas “[...] como

razões que regem as relações entre povos, entre nações, entre Estados [...]” (ORLANDI, 1998, p. 10). Por último, o terceiro princípio, que destaca a diversidade concreta das línguas, diz respeito às “razões relativas aos que falam as línguas” (ORLANDI, 1998, p. 10).

Para compreender as formas de política de línguas, é preciso entender o deslocamento que a teoria da Análise de Discurso propõe em relação ao conceito de língua, entendido nesta perspectiva como um objeto relativamente autônomo e dividido em funcionamentos políticos distintos. Orlandi (2009) explica que, ao utilizarmos a língua, imaginamo-la como algo estanque, estável e construído, como um sistema. Daí a noção de uma língua imaginária. Entretanto, essa mesma língua, quando colocada em funcionamento, na relação com o sujeito e com a história, em cada situação particular de uso, “escapa” ao nosso controle, não se deixa conter, extrapola as normas, daí derivando a noção de língua fluida. Língua imaginária e língua fluida são, portanto, modos de funcionamento da língua que coexistem, estão em conjunto na sua mobilização, não se realizam separadamente, e, justamente por isso, são imprescindíveis para a análise que propomos.

No Brasil, país colonizado por Portugal, foi a língua portuguesa aquela que, trazida para nosso país pelos colonizadores, passou a ser a língua oficial e também nacional, ou seja, aquela (imaginariamente) falada em todo o território nacional. Mesmo com a constante coexistência, no espaço de enunciação brasileiro, com as línguas indígenas, africanas e todas as demais em circulação no país, a língua portuguesa estabeleceu-se como aquela língua de reconhecimento identitário do povo, a língua dita materna de todos os brasileiros (GUIMARÃES, 2005), muito embora saibamos que tal relação de igualdade só se efetive em termos de um imaginário próprio de língua nacional.

As questões do ENEM 2017: um gesto interpretativo

Nosso *corpus* constitui-se pelos textos de base⁴ de três questões (12, 20 e 22) do primeiro dia de prova do Enem 2017, as quais foram extraídas do Ca-

⁴ Optamos por não trabalhar com os textos de comando e com as alternativas porque, pensando na formulação das próprias questões, é o texto que dá condições para as alternativas e o comando, e não o contrário.

dero Azul, disponibilizado pelo Ministério da Educação, por meio do Portal do Inep. Centramos nossa análise nas formas de referendar e descrever as diferentes línguas mobilizadas, observando como elas são designadas e definidas nos textos. Por meio desse primeiro olhar mais individualizado, seguimos para uma análise contrastiva, com o objetivo de compreender o funcionamento das políticas de línguas nos três textos.

Partindo da ideia de que todas as questões que fazem parte das provas do Enem já funcionam como uma política de línguas, pelo simples fato de colocarem em funcionamento determinadas competências e habilidades e não outras, os três textos da prova de 2017 com os quais trabalharemos foram eleitos por apresentarem, de forma explícita, uma abordagem que põe língua(s) em relação, especificamente, a língua portuguesa, a língua tupi, o inglês e a língua ticuna. Tais questões fazem funcionar um discurso que se formula por meio de sentidos de (des)valorização de uma língua em relação a outra, daí a produtividade do trabalho com política de línguas. Além disso, cumpre lembrar que tais questões integram a habilidade “H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional” da prova do Enem, o que, portanto, também tem consequências no processo discursivo que estamos analisando.

A seguir, são apresentados os recortes (R1, R2, R3) selecionados para a análise, os quais se centram nos textos veiculados pelas três questões. Logo abaixo de cada recorte, discorreremos sobre o primeiro nível delimitado para análise: o específico, para, após a discussão dos três textos, apresentarmos o nível geral da análise, o qual versa sobre as políticas de línguas em funcionamento em âmbito nacional.

R1 - (Questão 12 – Enem 2017 – Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias)

A língua tupi no Brasil

Há 300 anos, morar na vila de São Paulo de Piratininga (peixe seco, em tupi) era quase sinônimo de falar **língua de índio**. Em cada cinco habitantes da cidade, só dois conheciam o português. Por isso, em 1698, o governador da província, Artur de Sá e Meneses, implorou a Portugal que só mandasse

padres que soubessem “**a língua geral dos índios**”, pois “aquela gente não se explica em outro idioma”.

Derivado do dialeto de São Vicente, o **tupi de São Paulo** se desenvolveu e se espalhou no século XVII, graças ao isolamento geográfico da cidade e à atividade pouco cristã dos mamelucos paulistas: as bandeiras, expedições ao sertão em busca de escravos índios. Muitos bandeirantes nem sequer falavam o português ou se expressavam mal. Domingos Jorge Velho, o paulista que destruiu o Quilombo dos Palmares em 1694, foi descrito pelo bispo de Pernambuco como “**um bárbaro que nem falar sabe**”. Em suas andanças, essa gente batizou lugares como Avanhandava (lugar onde o índio corre), Pindamonhangaba (lugar de fazer anzol) e Itu (cachoeira). E acabou **inventando uma nova língua**.

“Os escravos dos bandeirantes vinham de mais de 100 tribos diferentes”, conta o historiador e antropólogo John Monteiro, da Universidade Estadual de Campinas. “Isso mudou o **tupi paulista**, que, além da **influência do português**, ainda **recebia palavras de outros idiomas**.” O **resultado da mistura** ficou conhecido como **língua geral do sul**, uma espécie de tupi facilitado.

ÂNGELO, C. Disponível em: <http://super.abril.com.br>. Acesso em: 8 ago. 2012 (adaptado).

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP, grifos nossos.

Em R1, em relação às línguas indígenas, são utilizadas as seguintes designações: “língua tupi no Brasil”, “língua de índio”, “língua geral dos índios”, “tupi de São Paulo”, “tupi paulista” e “língua geral do sul”. As designações aqui recuperadas foram citadas de acordo com a ordem em que elas aparecem no texto fonte, ou seja, de acordo com a “narração da história” dessa língua. O que podemos perceber é que, na primeira ocorrência (“língua tupi no Brasil”), se tem a ideia de uma língua “diferente”, que, talvez, possa vir de fora, pois ela está “no” Brasil, funcionando em território brasileiro, não sendo uma língua “do” Brasil. Posteriormente, a ênfase recai sobre a especificidade de ser uma língua indígena: “língua de índio” e “língua geral dos índios”, para, por fim, acontecer uma junção dessa língua com algo - já - de identificação do Brasil: “tupi de São Paulo”, “tupi paulista” e “língua geral do sul”.

Dessa forma, se, num momento anterior, havia uma “língua tupi no Brasil”, ela passou, por fim, a ser uma “língua geral do sul [do Brasil]”, incorporando-se à nossa história e à identidade regional e nacional do país. Entretanto, é importante observarmos que, historicamente, esse imaginário de constituição de uma língua não representa o que, de fato, ocorreu, pois esse processo se deu de maneira inversa: as línguas dos índios eram as línguas de identidade do território, e essa “mistura” ocorreu por uma imposição de fora desse mesmo território: por sujeitos colonizadores de um povo considerado “bárbaro”.

Sendo assim, se pensamos a identidade linguística como uma construção que envolve história e memória, não como algo já dado, já construído, não podemos simplesmente incorporar uma identidade que é de outro (no caso, do português), pois o processo de constituição da identidade dá-se paralelamente ou em conjunto com a própria constituição da língua em determinado espaço de enunciação. Dessa forma, assim como “aquela gente não se explica em outro idioma”, “aquela gente” também não se identifica com outro idioma, pois, quando não há subjetivação e memória, essa relação também não faz sentido.

Nesse ínterim, faz-se relevante notarmos que também se mobiliza um imaginário de constituição dessa língua, uma vez que há referências ao contato dessa língua com outras e à sua transformação: “inventando uma nova língua”, “influência do português”, “recebia palavras de outros idiomas” e “resultado da mistura”. Os vocábulos escolhidos para o tema, como “inventando”, “influência”, “recebia” e “mistura” dão uma ideia clara desse contato, porém não são feitas alusões aos sujeitos e às suas relações com as línguas nesse processo, deixando-se de lado tudo o que se refere à identificação dos falantes em relação às suas línguas de reconhecimento enquanto sujeitos sócio-históricos.

Além disso, traz-se uma questão histórica muito importante em relação à época do descobrimento do Brasil: a imposição linguística⁵ da língua portuguesa em território brasileiro e as ideias conduzidas por meio de um contexto de colonização. As referências à barbárie (“um bárbaro que nem

⁵ Sobre o assunto, ver Mariani (2004).

falar sabe”) da língua são as indicações de um ideal do colonizador perante o povo a ser colonizado. Dessa forma, para colonizar o território, era preciso colonizar linguisticamente, e, em um primeiro momento, era preciso comunicar-se com esse “desconhecido”. Para isso, eram fundamentais padres que soubessem a língua geral dos índios, pois, assim, eles conseguiriam catequizá-los em língua “civilizada”, de acordo com o ideal colonizador, sendo a língua geral, então, as línguas tupis, faladas pela maior parte da população, por diferentes tribos e também pelos colonizadores portugueses, para assegurar a comunicação geral entre os povos (GUIMARÃES, 2005). Tem-se, então, mobilizada a questão da dominação nesse contexto específico, materializada em uma política de línguas explícita que valoriza o princípio ético da dominação, de acordo com os conceitos defendidos por Orlandi (1998).

R2 - (Questão 20 – Enem 2017 – Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias)

Declaração de amor

Esta é uma confissão de amor: amo a língua portuguesa. Ela não é fácil. Não é maleável. [...] A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo.

Às vezes ela reage diante de um pensamento mais complicado. Às vezes se assusta com o imprevisível de uma frase. Eu gosto de manejá-la – como gostava de estar montada num cavalo e guiá-lo pelas rédeas, às vezes a galope. Eu queria que a língua portuguesa chegasse ao máximo em minhas mãos. E este desejo todos os que escrevem têm. **Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita.** Todos nós que escrevemos estamos fazendo do **túmulo** do pensamento alguma coisa que lhe dê **vida**.

Essas dificuldades, nós as temos. Mas não falei do encantamento de lidar com uma língua que não foi aprofundada. **O que recebi de herança não me chega.**

Se eu fosse **muda** e também **não pudesse escrever**, e me perguntassem a que língua eu queria pertencer, eu diria: inglês, que é **preciso e belo**. Mas, como não nasci muda e pude escrever, tornou-se absolutamente claro para

mim que eu queria mesmo era escrever em português. Eu até queria não ter aprendido outras línguas: só para que a minha abordagem do português fosse virgem e límpida.

LISPECTOR, C. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999 (adaptado).

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP, grifos nossos.

Em R2, tem-se a exaltação da língua portuguesa, atribuindo a ela o *status* de língua em constante transformação, viva, que reage, assusta-se, que é indominável. Nessa declaração sobre a língua portuguesa, há um jogo tenso entre o que é da ordem do imaginário e o que é da ordem do fluido (ORLANDI, 2009), porque a língua está em constante processo de resignificação. Em “Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre a herança de uma língua já feita”, observa-se que Camões, um autor clássico e, portanto, modelar, é visto como alguém de prestígio no conhecimento e no trato com a língua, um modelo a ser seguido, como de fato o fazem as gramáticas e os livros didáticos, que costumam lançar mão de textos desses autores para elaborar seus exemplos do bom e correto uso gramatical. Ainda assim, Camões e “outros iguais”, com todo o seu conhecimento sobre a língua, não conseguiram nos dar uma língua já acabada, pronta, imutável, porque morreram, não existem mais, ao passo que a língua continua a existir depois deles, resignificando a cada instante: viva, fluida.

O mesmo gesto de interpretação pode ser lançado para a questão da “herança de língua já feita”. Essa língua já feita seria uma língua estanque, uma língua normatizada, uma língua que não está “disponível” a modificações e/ou a novas significações. Na sequência, os vocábulos “túmulo” e “vida” remetem, novamente, aos conceitos de língua imaginária e língua fluida, uma vez que a primeira seria a língua já acabada, e a segunda a língua em constante transformação e que, com o tempo, estabelece diferentes relações com o sujeito, em um ininterrupto processo de interação e diálogo. O trecho “O que recebi de herança não me chega” comprova, de certa maneira, a discussão de que somente a língua fluida é capaz abarcar tudo o que o sujeito mobiliza por meio da língua, pois a língua imaginária é essa “herança” que não dá conta das novas manifestações e dimensões sociais.

Em relação ao inglês, quando se traz a questão de uma língua “precis[a] e bel[a]”, está-se, de certa forma, enaltecendo o lugar da língua inglesa e colocando-a em uma posição superior à língua portuguesa. Porém, a autora somente escolheria essa língua se fosse uma pessoa “muda” e que “não soubesse escrever”, o que apagaria a sua relação sujeito/língua e possibilitaria apenas uma relação sem sentido ou sem sentimento com a língua inglesa. Quando ela traz, justamente, a questão de que é uma pessoa/um sujeito que tem relação com uma língua, que a fala e que a escreve, com um sentimento de pertencimento muito forte, é com a língua portuguesa que ela precisa se expressar, pois é o português a língua de reconhecimento do seu ser sujeito, a língua da sua identidade.

Nesse sentido, podemos pensar no português como língua nacional, como essa língua que é reconhecida pelos seus falantes em determinado território, como a língua que, de fato, identifica seus falantes (GUIMARÃES, 2005). Assim, essa presença de um pertencimento a determinada língua que a identifica como sendo o que ela é coloca em evidência a relação com outras línguas, como o inglês, no caso, que, apesar de ser “belo” e “preciso”, não é suficiente para ela.

Podemos notar que o que mais significa nessa questão não diz respeito às designações referentes à língua portuguesa e à língua inglesa, mas às definições relacionadas com elas e aqui discutidas. Tendo isso em vista, podemos perceber que há, notoriamente, uma ideia de exaltação da língua portuguesa enquanto língua da identidade nacional. Há uma valorização da língua portuguesa como língua de pertencimento do povo brasileiro, o que leva a uma valorização do “nacional” em termos mais amplos.

R3 - (Questão 22 – Enem 2017 – Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias)

TEXTO I

A língua ticuna é **o idioma mais falado entre os indígenas brasileiros**. De acordo com o pesquisador Aryon Rodrigues, **há 40 mil índios que falam o idioma**. A maioria mora ao longo do Rio Solimões, no Alto Amazonas. É **a maior nação indígena do Brasil**, sendo também encontrada no

Peru e na Colômbia. **Os ticunas falam uma língua considerada isolada, que não mantém semelhança com nenhuma outra língua indígena** e apresenta complexidades em sua fonologia e sintaxe. Sua característica principal é o uso de diferentes alturas na voz.

O uso intensivo da língua não chega a ser ameaçado pela proximidade de cidades ou mesmo pela convivência com falantes de outras línguas no interior da própria área ticuna: nas aldeias, esses outros falantes são minoritários e acabam por se submeter à realidade ticuna, razão pela qual, talvez, não representem uma ameaça linguística.

Língua Portuguesa, n. 52, fev. 2010 (adaptado).

TEXTO II

Riqueza da língua

“O inglês está destinado a ser uma **língua mundial** em sentido mais amplo do que o latim foi na era passada e o francês é na presente”, dizia o presidente americano John Adams no século XVIII. A profecia se cumpriu: o inglês é hoje a **língua franca da globalização**. No extremo oposto da economia linguística mundial, estão as línguas de **pequenas comunidades declinantes**. Calcula-se que hoje se falem de **6 000 a 7 000** línguas no mundo todo. Quase metade delas deve desaparecer nos próximos 100 anos. A última edição do *Ethnologue* - o mais abrangente estudo sobre as línguas mundiais -, de 2005, listava 516 línguas **em risco de extinção**.

Vêja, n. 36, set. 2007 (adaptado).

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Inep, grifos nossos.

Em R3, o Texto I apresenta-se como um texto informativo a respeito de uma língua indígena: a ticuna. Algumas características importantes são apresentadas sobre ela, como “idioma mais falado entre os indígenas brasileiros”, “há 40 mil índios que falam o idioma” e “é a maior nação indígena do Brasil”. Além disso, outras questões importantes são apresentadas, principalmente no que diz respeito às relações entre línguas: “Os ticunas falam uma língua considerada isolada, que não mantém semelhança com nenhuma outra língua indígena”; “O uso intensivo da língua não chega a ser ameaçado pela proximidade de cidades ou mesmo pela convivência com falantes de outras línguas no

interior da própria área ticuna”; e “nas aldeias, esses outros falantes são minoritários e acabam por se submeter à realidade ticuna, razão pela qual, talvez, não representem uma ameaça linguística”. Ao se trazer a questão de uma “língua isolada” e que não mantém semelhança com outra, já se apresenta, de certa maneira, o fato de que o não contato com outras línguas é um fator determinante para ela não ter semelhança com elas. Ou seja, o contato com outras línguas faria com que a língua ticuna sofresse influência e, simultaneamente, também influenciasse outros idiomas.

Esse é um princípio básico ao se trabalhar com línguas e ao discutir-se o contato entre elas: as línguas não existem isoladamente e, quando em contato, estão sempre postas em relação. Assim, nessa relação, entra mais outro princípio importante: o “poder” atribuído a cada língua. Nesse sentido, a língua ticuna é apresentada, no texto, como hierarquicamente superior às línguas indígenas, pois garante seu “isolamento” e suas características próprias.

Esse contato entre línguas pode dar-se, segundo o que nos é exposto pelo Texto I, tanto geográfica, pela “proximidade de cidades”, quanto socialmente, pela “convivência com falantes de outras línguas no interior da própria área ticuna”. A relação hierárquica entre as línguas é apresentada, explicitamente, quando se traz a questão de que esses outros falantes são “minoritários” e acabam por se “submeter à realidade ticuna”, cujos próprios vocábulos já trazem uma noção de “dominação”, “poder”. Além disso, uma “ameaça linguística” já leva a um caminho de “conflito”, “confronto”, “disputa” entre – pelo menos – duas línguas em contato.

Todas essas questões levantadas são discutidas, teoricamente, pelas políticas de línguas. São línguas em contato e que, por suas relações, firmam conexões de diferentes ordens com seus falantes e com outras línguas, conexões essas que são hierárquicas e regidas por diferentes fatores que afetam seus funcionamentos (ORLANDI, 1998).

No Texto II de R3, as denominações “língua mundial” e “língua franca da globalização” já trazem a ideia de generalização, abrangência global, o que funciona por um efeito universalizante. Por língua franca entendemos aquela que promove o intercâmbio cultural e as relações comerciais, por exemplo, entre um número expressivo de países, os quais possuem grupos de falantes de línguas maternas diferentes, mas que recorrem ao uso dessa língua com

vistas a objetivos comuns (GUIMARÃES, 2007). Nesse sentido, essa língua considerada global, “franca” (o inglês), é que circula em grande escala, sendo o seu funcionamento ligado ao ideal de universalidade, o qual, da perspectiva em que nos inscrevemos, se realiza apenas enquanto efeito. Em outras palavras, a relação de um sujeito que tem o inglês como língua materna é muito diferente da relação de um sujeito que a tem como segunda língua, tendo em vista questões de memória, identidade e subjetivação.

Nesse sentido, voltamos, novamente, às questões de hierarquia entre as línguas. O fato de uma língua estar “em risco de extinção” pode inferir que outras línguas estão se expandindo e garantindo outros espaços de circulação. Além disso, o uso dessas línguas de “pequenas comunidades declinantes” extingue-se por completo quando morre o seu último falante, e outras línguas passam a funcionar nesses territórios.

A explicitação, por parte do texto, de um número que poderíamos considerar “espantoso” de línguas faladas hoje no mundo – 6 a 7 mil, ainda que implicitamente, pode estar procurando demonstrar que existem muito mais línguas do que aquelas poucas prestigiadas cultural e economicamente, mas que, dada a pouca importância econômica e cultural de suas comunidades falantes, essas línguas tendem a diminuir gradativamente, perdendo seu espaço para línguas mais prestigiadas, ou, poderíamos dizer, “mais importantes”.

A língua inglesa, se comparada à língua ticuna, representa uma ameaça de escala maior, porque, na primeira, a ideia de universalidade tem a abrangência do mundial, em razão de seu caráter mercadológico, enquanto, na segunda, tem a abrangência do comunitário, da tribo. Isso faz funcionar diferentes sentidos sobre o poder de cada língua, pois, em relação ao inglês, é a questão do mercado que se sobrepõe, de expansão, de prolongamento, enquanto, na língua ticuna, é a questão do isolamento, de resguardo.

Análise global – um gesto interpretativo sobre O CORPUS

Ao contrastarmos R1, R2 e R3, observamos que os modos de dizer sobre as línguas, apresentados pelos textos da prova, fazem funcionar um discurso em que a cada língua é dado um certo *status*, que pode ser, em cada caso específico, de prestígio, de relevância, de secundarização, de irrelevância. Em

outros termos, podemos afirmar que a forma como as línguas são designadas e descritas significam como, ao se trabalhar com a habilidade H20, pertinente à “preservação da memória e da identidade nacional”, opera-se com sentidos que atribuem diferentes valores às línguas e ao modo como elas significam ao sujeito, partindo-se de um pressuposto, pelo título, de que tanto a memória quanto a identidade são processos estanques, e não em processo de constituição permanente.

Levando em consideração, portanto, os textos escolhidos – não aleatoriamente – (expressos pelos recortes R1, R2 e R3), cabe-nos a pergunta: por que esses textos compõem a prova do Enem? Qual o imaginário de línguas que eles mobilizam? O que se pretende ao se fazer estas e não outras abordagens na prova?

O R1 mobiliza a importância da língua indígena. Trazer para o Enem uma questão dessa natureza significa reconhecer a importância da língua indígena no processo de constituição da língua portuguesa no Brasil. Esse é um tema pouco tratado em nível de educação básica, quando muito citado nas aulas de português.⁶ Assim, a prova do Enem, ao apresentar o R1 e o Texto II do R3, coloca-se como um “lugar de valorização” da língua indígena, o que funciona, dada a história do Brasil, como uma espécie de compensação – pelo menos em parte – do pouco espaço destinado ao estudo das línguas indígenas nas escolas do país.

Essa ação busca desconstruir, com os alunos participantes do Enem, a visão de que a língua portuguesa é “pura” e não sofreu influências de outras línguas. Ao mesmo tempo, coloca-se em questão a influência da língua portuguesa nas línguas indígenas. As palavras indígenas trazidas como exemplos (com sua consequente explicação) – como “Piratininga”, “Aranhandava”, “Pindamonhangaba” e “Itu” – são uma forma de mostrar aos candidatos que falamos, sim, muitas palavras de origem indígena e que elas têm um

⁶ O conhecimento a respeito das línguas indígenas e de seus lugares na história do nosso país é muito superficial e/ou inexistente. Apesar de previsto na Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008), pouco ainda se ensina a respeito nas escolas e pouco se discute nas mídias a respeito das línguas indígenas e de sua importância – quando muito por base em estereótipos -, assim como sobre a relação dessas línguas com a própria constituição da língua portuguesa no Brasil.

significado muito importante na nossa cultura, na nossa identidade e na nossa formação enquanto sujeitos históricos.

O R2, ao ser veiculado no Enem, parece procurar a exaltação da língua portuguesa, garantindo que os candidatos participantes da prova reconheçam a sua importância e riqueza enquanto um patrimônio, refletindo sobre a relação de memória e identificação com essa língua. No entanto, ao tratar a língua inglesa como bela e necessária, a questão parece colocá-la quase no mesmo patamar de importância da língua portuguesa, ou seja, uma língua tão necessária quanto esta última.

Não por acaso, provavelmente, o ensino de língua inglesa continue obrigatório no ensino básico nacional e, no período do atual governo brasileiro, as relações entre o Brasil e, principalmente os EUA, venham se estreitando, ao passo que as relações comerciais com países do Mercosul (em sua maioria, falantes de língua espanhola), estejam, pouco a pouco, enfraquecendo.

O fato de a prova apresentar, então, em 2017, três questões que abordam políticas de línguas explícitas e, em relação a isso, reservar à língua inglesa um lugar de prestígio, se comparada à língua espanhola, parece estar intimamente ligado à intensa discussão promovida pela Medida Provisória n.º 746, de 2016, que torna facultativo o ensino de língua espanhola na educação básica brasileira, mesmo que posto de forma destacada.⁷ Ora, não parece ser por acaso que o governo federal – responsável pela elaboração da prova do Enem – procure prestigiar a língua inglesa e difundir a ideia de que ela é mais necessária e útil do que a língua espanhola, uma vez que, dessa maneira, procura justificar-se a retirada da obrigatoriedade do ensino de espanhol da grade curricular.

Considerações finais

Do nosso ponto de vista, ao discutir-se política de línguas e ao inserir textos que trabalham com esse tema em uma prova federal como o Enem já se está, de certa forma, destinando um outro olhar às políticas de línguas: há uma questão valorativa em funcionamento, de reconhecimento de outras línguas e

⁷ “Art. 36. § 8º Os currículos de ensino médio [...] poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol [...]” (BRASIL, 2016).

da importância delas, mas ainda, e sempre, em correlação com os conteúdos abordados quanto a outras competências da língua portuguesa, como domínio, patrimônio etc.

Retomando a habilidade H20, que solicita dos candidatos a mobilização de conhecimentos acerca do reconhecimento da importância do patrimônio linguístico como preservação da memória e da identidade nacional, vale retomarmos as discussões mobilizadas pelos textos apresentados. Para tal, detenhamo-nos no vocábulo “preservação” contido no título dessa competência. Os efeitos de sentido mobilizados por esse único vocábulo já pressupõem que memória e identidade nacionais são conceitos estanques, estáveis e merecem proteção e conservação, ou seja, o imaginário que daí se depreende é que esses conceitos estão no nível do já dado, do já construído, do já estabilizado.

Entretanto, se entendemos identidade como um movimento, como uma identificação em constante construção, também compreendemos que a memória coletiva em relação à língua é, neste caso, pela associação a patrimônio, uma memória de grupo, que funciona pelo efeito de que todos também se concebem identitariamente dessa maneira, identificam-se a, em ininterrupta associação, já que, conforme Cervo (2012, p. 34), os objetos simbólicos de valor excepcional só significam como patrimônio “no interior de uma memória como dispositivos de lembrança (não individual, tampouco psicologizante) de algo que não se quer esquecer, daí a demanda de proteção por parte do grupo ao qual ‘pertence’ essa memória”.

Ainda nesse sentido, se pensamos na relação entre política de línguas e patrimônio linguístico e compreendemos patrimônio como aquilo que deve ser preservado, o que a presença da língua ticuna (que só sobrevive, de acordo com o texto, pelo isolamento, mas continua fazendo parte de um rol de línguas indígenas que vêm sendo, cada vez mais, apagadas historicamente), por exemplo, em uma prova como o Enem, pode nos dizer? Se as línguas indígenas não são preservadas e, muitas vezes, seu *status* e sua memória são negligenciados, por que tratá-las em uma prova que diz reconhecer a importância de nosso patrimônio linguístico?

Para tentar interpretar e responder a essas questões, faz-se necessário refletirmos um pouco a respeito de uma possível “contradição”: ao mesmo tempo em que são apresentadas diferentes línguas e, entre elas, uma possível

hierarquia linguística, quase sempre relacionadas com o caráter “nacional” em sentido mais amplo, todas essas línguas são relacionadas, também, com a competência H20, e, conseqüentemente, com o caráter de patrimônio em relação à preservação da memória e da identidade nacional. Sendo assim, ao mesmo tempo em que as línguas indígenas, por exemplo, são postas como línguas inferiores às outras, elas estão presentes na prova e isso já lhes dá um certo lugar em relação a esse patrimônio.

Por fim, é importante observarmos que o Enem é uma prova nacional, elaborada pelo Ministério da Educação, e, por isso, também representa os interesses que o governo tem em relação à educação do país. Os temas mobilizados pela prova não são aleatórios: eles também significam uma forma de levar à população (aos candidatos) esse conhecimento e de ressaltar a importância desse assunto em território nacional e mundial, daí o funcionamento da política de língua. É uma forma de ressaltar a importância das línguas e das relações entre línguas nacional e mundialmente.

Referências

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008, seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em 23 abr. 2018.

BRASIL. Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 set. 2016, seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CERVO, Larissa Montagner. *Língua, patrimônio nosso*. 199 f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil: UFSM. p. 22-65. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3978>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, 57, 2:24-28, São Paulo, abr./jun. 2005.

_____. Políticas de línguas na linguística brasileira: da abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 63-82.

_____. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *Colonização linguística*: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP. Matriz de Referência de Línguas, Códigos e suas Tecnologias, *Matrizes de Referência*, <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/encceja/matrizes-de-referencia>, 15/04/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP. Exame Nacional do Ensino Médio, *Provas e gabaritos*, <http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>, 10/03/2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ética e Política Linguística. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 1:7-16, Campinas, 1998.

_____. Língua imaginária e língua fluida. In: *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009. p. 11-19.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PETRI, Verli. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário*: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, à desmistificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5534/000427622.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

ENEM 2017: AN INTERPRETATIVE ANALYSIS UNDER THE PERSPECTIVE OF LANGUAGES POLICY

ABSTRACT

In this article, developed under the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis, we work with the basic texts of three selected test issues from Enem 2017, in order to understanding the language policy in operation in the test and the mobilized imaginary language.

KEYWORDS: Enem; imaginary of language; discourse analysis; language policies.